

©Copyright, 2006. All rights reserved. Reproduction of the articles, either in full or in part, is allowed, provided the obligation to indicate INTERFACEHS` ownership of the copyright of the same is observed, with full mention of the source of such articles. If in doubt, contact the secretarial department: interfacehs@interfacehs.com.br

ADEUS AO TRABALHO? ENSAIO SOBRE AS METAMORFOSES E A CENTRALIDADE DO MUNDO DO TRABALHO

Ademir Vicente da Silva¹

¹Mestrando em Sistema Integrado de Gestão em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente

Livro: ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** Campinas, SP, Cortez, 2003.

Em *Adeus ao Trabalho*, Antunes analisa criticamente as mudanças no mundo do trabalho através de uma viagem literária entre o fordismo, o toyotismo e o processo de acumulação flexível. Ressalta a evolução do fordismo (produção em série, controle de tempos e movimentos) para o modelo toyotista (produção em equipe, tecnológico), critica a invasão da automação, da robótica e da microeletrônica no ambiente de trabalho e afirma: os modelos tradicionais fordistas / tayloristas deram lugar à especialização flexível, um novo jeito de ganhar produtividade traduzido em ferramentas contemporâneas do modelo japonês (kanban, jit, CCQ's, controle de qualidade total, gestão participativa, terceirização, subcontratações). Na visão do autor, a intensificação da exploração e a aceleração do ritmo de trabalho são os pontos críticos desse modelo japonês, cujo trunfo está na flexibilidade de produção, na multifuncionalidade do trabalhador e no trabalho em equipe. Cabe lembrar que a variação de atividades desenvolvidas por um trabalhador é um importante recurso ergonômico de prevenção a LER e DORT.

Segundo Cacciamale e Britto (2002), a adoção de práticas de gestão da qualidade total nas empresas é assimilada pelos trabalhadores devido às altas taxas de desemprego e informalidade na economia brasileira.

Para Antunes, a redução do número de trabalhadores e a ampliação da carga horária de trabalho são implicações com forte impacto social. E mais, a adoção do toyotismo ameaça conquistas como o Welfare State, pois esse modelo está “muito mais sintonizado com a lógica neoliberal do que com uma concepção verdadeiramente socialdemocrata”. Lembra também que a introdução do toyotismo apóia-se numa correlação de forças desfavoráveis aos trabalhadores e rejeita a idéia de o modelo japonês garantir, simultaneamente, eficiência e equidade social, afirmando que promove um estranhamento no trabalho, além de extrair o saber e o fazer do trabalhador e provocar um estado de desidentidade na classe trabalhadora em relação aos produtos produzidos.

Estará a “classe-que-vive-do-trabalho” desaparecendo? A retração do operariado tradicional, fabril, da era do fordismo, acarreta inevitavelmente a perda de referência do ser social que trabalha? Que repercussões as mudanças do mundo do trabalho estarão provocando nos sindicatos? A categoria “trabalho” não é mais dotada do estatuto da centralidade no universo de práxis humana da sociedade contemporânea?

Para o autor, a metamorfose no mundo do trabalho globalizado é facilitada pela introdução da automação, da microeletrônica, da robótica e do toyotismo. Há um favorecimento do trabalho abstrato, isto é, mais intelectualizado, enfraquecendo a massa trabalhadora menos qualificada com o impacto do desemprego estrutural globalizado, redução dos empregos tradicionais, expansão do setor de serviços, etc., tornando o ambiente de trabalho complexo, fragmentado e heterogeneizado.

Para Cacciamale e Brito (2002), a flexibilização avança no Brasil: 68% das empresas utilizam alguma modalidade de flexibilidade, sendo a terceirização (56%) a modalidade mais praticada, principalmente pela indústria e pelo setor de serviços.

O autor faz dura crítica à utilização da tecnologia unicamente para a acumulação de capital e à manipulação do ser humano pelo sistema produtivo, posiciona-se contra a flexibilização do trabalho, afirma que o mundo do trabalho vive o paradoxo entre o trabalhador qualificado e a grande massa de trabalhadores desqualificados, submetidos a condições de subemprego. Enfim, essas alterações ocorridas no ambiente de trabalho não configuram uma ameaça do fim da classe que vive do trabalho: trata-se de uma “processualidade contraditória e multiforme”.

Para Antunes, a fragmentação, a heterogeneização e a complexificação da força de trabalho, assim como a neocorporização das instituições sindicais, ameaçam a organização sindical tradicional (redução de taxas de sindicalização, redução do emprego tradicional, eliminação de classes profissionais), constituindo-se em grande desafio. E, sobretudo, é uma demonstração de que o capitalismo avançou sobre o ser social que trabalha. No cenário sindical atual predominam as propostas de troca dos direitos e benefícios pela manutenção do emprego e do subemprego. Segundo Cacciamale e Brito (2002), para 34% das empresas há cooperação dos sindicatos no que diz respeito à flexibilização nas formas de contratação e de remuneração.

Antunes sugere a possibilidade de ocorrer uma revolução a partir do subproletariado (terceirizados, temporários, informais). No entanto, parece utópico acreditar que, após anos de pressão capitalista e uma cultura voltada para a acumulação, seja possível à classe subalterna reagir. No Brasil, há exemplos de movimentos que sinalizam uma iniciativa de mudança no cenário social, como o MST – Movimento dos

Sem Terra, ONG's – Organizações Não-Governamentais, além do crescimento do associativismo e do cooperativismo como novas formas de organizações do trabalho, as quais cresceram e se fortaleceram na década de 90 no cenário econômico, social e ambiental.

Para Antunes, o trabalho abstrato e o trabalho concreto traduzem a reflexão contemporânea sobre a crise do trabalho, o primeiro sendo entendido como mais intelectualizado e o segundo com características artesanais. E, ainda, à luz do pensamento marxista, reflete: o trabalhador já não transforma objetos materiais diretamente, mas supervisiona o processo produtivo em máquinas computadorizadas, programa-as e repara os robôs em caso de necessidade. Se a crise é do trabalho abstrato, não há novidade nenhuma, pois ela se traduz na redução do trabalho vivo e na ampliação do trabalho morto, indicado por Marx como tendência do capitalismo; e, embora haja quem considere essa tendência como perda da centralidade do trabalho, para o autor, não é assim, numa sociedade de mercado, reafirmando não haver risco de fim da classe trabalhadora. No entanto, parece entrar em contradição quando afirma haver uma ampliação do trabalho morto (abstrato), isto é, mais intelectualizado, com foco na produção de valor de troca (*labour*). Ora, se há uma tendência de ampliação dessa modalidade, logo, pode-se deduzir que há, sim, um risco de colapso no sistema de trabalho, pois somente haverá ocupação e mesmo a possibilidade do resgate do valor do trabalho se houver o crescimento do trabalho vivo (concreto) com foco na produção de valor de uso (*work*).

O autor defende o trabalho como necessidade natural do homem e o intercâmbio homem/natureza para manter a vida humana e assegurar o verdadeiro sentido do trabalho. Ressalta a importância das rebeliões das classes trabalhadoras para dar sentido à emancipação do trabalho, a necessidade de convergência das classes para fazer frente à individualidade do trabalho lideradas pelas classes mais qualificadas e destaca a ameaça ao capitalismo pelo próprio capital considerando as desigualdades sociais existentes no mundo.

Antunes sugere que a “revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução no e do trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma

sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado”.

Na expressão do autor, o capitalismo promove a redução das necessidades do ser social que trabalha, a desqualificação biológica do indivíduo, a tal ponto que o resultado do trabalho é um produto alheio ao trabalhador que o produz, é a alienação do ser social e a perda de identidade própria e do sentido da vida pode ser entendida como o fim da classe que trabalha para viver e o surgimento da classe que só vive para trabalhar. Nesse contexto, surge a importância das instituições sindicais para funcionarem como alavancas para o gênero humano emancipado. Antunes ainda atribui ao trabalho a função de diferenciação entre o homem e os seres vivos, sendo, portanto, sua condição de ser social. No entanto, no capitalismo, o trabalho é transformado numa mercadoria, num valor de troca, isto é, sem sentido, sem significado social: o trabalho torna-se coisa e o trabalhador é desfetivado. Há uma desconfiguração do ser social, uma forma moderna de escravidão, pois o ser humano não exerce o seu direito de livre arbítrio. Segundo ele, a dimensão abstrata do trabalho contemporâneo mascara e faz desvanecer a sua dimensão concreta, de trabalho útil. Nesse ambiente de valor de troca, o vínculo social torna-se relação entre coisas. Isso ocorre porque o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientações humanas.

O autor pouco se refere aos impactos do capitalismo no segmento rural, especialmente o caso brasileiro na segunda metade do século XX, quase se omite em considerar o envelhecimento da população e a falência dos sistemas previdenciários, forçando o retorno ao mercado de trabalho em condições desiguais, e ainda não se refere ao papel das instituições de ensino. Estas estão formando para manutenção do sistema capitalista ou formando o ser social?

O autor se refere ao fim da classe trabalhadora como se existisse uma linha de corte brusco, o que, a meu ver, não reflete a amplitude da questão trabalho, que é abrangente e antagônica.

Entre as diversas formas de desvalorização, o estágio profissional não é mencionado. A prática de contratação de estágio é a mais nova modalidade de precarização do trabalho. É necessário reconhecer que o estágio é uma ótima forma de

preparação e formação profissional, mas, sobretudo, o que se observa no momento é utilização do estagiário como mão-de-obra barata.

REFERÊNCIAS:

- CACCIAMALI, M. C. e BRITTO, A. A flexibilização restrita e descentralizada das relações de trabalho no Brasil. **Revista da ABET**, v. II (jul.-dez.), n. 2, pp. 91-120. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2002.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas, SP, Cortez, 2003.